



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LUDIVISK NASCIMENTO DE OLIVEIRA

O TRABALHO DOS ENTREGADORES DE APLICATIVO NEGROS DO RECIFE

Recife

2022

LUDIVISK NASCIMENTO DE OLIVEIRA

O TRABALHO DOS ENTREGADORES DE APLICATIVO NEGROS DO RECIFE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais - Bacharelado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Rodrigues da Silva

Recife

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através
do programa de geração automática do SIB/UFPE

Oliveira, Ludivisk Nascimento de.

O Trabalho dos Entregadores de Aplicativo Negros do Recife / Ludivisk
Nascimento de Oliveira. - Recife, 2022.

44, tab.

Orientador(a): Ana Cláudia Rodrigues

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Sociais -
Bacharelado, 2022.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Racismo. 2. Uberização. 3. Precarização. I. Rodrigues, Ana Cláudia .
(Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

LUDIVISK NASCIMENTO DE OLIVEIRA

O TRABALHO DOS ENTREGADORES DE APLICATIVO NEGROS DO RECIFE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais - Bacharelado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em: 03/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Cláudia Rodrigues (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Hugo Meneses Neto (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Alexandre de Jesus (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A princípio, agradeço ao meu pai, que, de origem humilde, nunca hesitou em investir na minha educação desde que eu era criança e nunca deixou de me incentivar quanto aos estudos. Devo muito a ele por ter chegado onde cheguei.

Agradeço à minha mãe, que, mesmo distante, sempre gostou da ideia e apoiou que eu estudasse e fizesse faculdade para ter um futuro melhor.

Também sou muito agradecido por ter feito o curso de Ciências Sociais e, a partir deste, de ter feito amizades com pessoas maravilhosas que me “aguentaram” e me apoiaram até a construção deste meu TCC. Por isso, agradeço nominalmente a Joyce, Manuela, Thales, Hamilton, Maria Eduarda, Jackeline, João Diego, Mateus Henrique, Lívia Maria e tantos outros que, de uma forma ou de outra, foram fundamentais para a minha construção enquanto cientista social.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Ana Cláudia, por ter me incentivado a trabalhar com o tema deste TCC. Sua importância, porém, vai além desse trabalho: foi através das três disciplinas das quais fui seu aluno que tive acesso, pela primeira vez, a diversas obras de autores negros e ao estudo do racismo, tema aqui abordado. Além disso, a partir de suas aulas e ementas, pude desenvolver meu comportamento antirracista e fomentar, neste trabalho, o desejo de expor algum flagelo social causado por este sistema abominável que é o racismo.

Agradeço a Guilbert, aluno de Psicologia da UFPE, que gentilmente me ajudou na construção do pré-projeto de pesquisa com algumas indicações teóricas, a exemplo do texto *A sociologia do negro brasileiro*, de Clóvis Moura, considerado por mim a “espinha” deste trabalho.

Por fim, porém não menos importante, agradeço a todos os professores dos quais fui aluno na graduação, uma vez que todos tiveram um pouco de contribuição para que eu pudesse chegar até aqui.

Compreender não significa negar o ultrajante, subtrair o inaudito do que tem precedentes, ou explicar fenômenos por meio de analogias e generalidades tais que se deixa de sentir o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa antes examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós [...] (ARENDR, 2005, p. 21).

RESUMO

O racismo como sistema de organização social oferece privilégio econômico e de raça às pessoas brancas, e, como consequência disso, os negros historicamente passaram a ocupar atividades precarizadas e escassas de direitos. Além dessa estrutura excludente, as pessoas negras são comumente alvos de episódios de racismo e de preconceito racial. Especificamente acerca da precarização do negro no trabalho moderno, tem-se o fenômeno da uberização como novo meio de organização do trabalho, que provoca uma maior precarização com o excesso de horas e dias trabalhados e da transferência de custos e riscos do serviço ao entregador. Com isso, o formato do “trabalho mais flexibilizado” cria um falso empreendedorismo, oferecendo, ilusoriamente, a posição de patrão para o entregador. Desse modo, a investigação da condição de trabalho de entregadores de aplicativo negros do Recife é fundamental para apontar possíveis situações de racismo e preconceito racial sofrido pelos entregadores. Os objetivos do trabalho se articularam em entender como é o negro na esfera do trabalho moderno a partir da análise desses entregadores e compreender como funciona a uberização, além de averiguar se ocorriam situações de racismo no momento em que esses trabalhadores faziam as entregas. A pesquisa aqui realizada foi desenvolvida sob o viés qualitativo, sendo o uso de entrevistas semi-estruturadas o principal instrumento para captar, nas respostas, o cenário real desses trabalhadores. A importância deste trabalho se dá a partir do destaque empregado à situação de precarização do trabalho e de racismo que esses trabalhadores atravessam e como as empresas de aplicativo, a sociedade civil e o Poder Público podem atuar para mitigar esses problemas. Diante disso, esta pesquisa apresenta dados qualitativos que destacam — e apresentam como resultados — a situação de precarização dos entregadores, além das situações de racismo e de preconceito racial que esses trabalhadores enfrentam no cotidiano de trabalho.

Palavras chave: Racismo. Uberização. Precarização.

ABSTRACT

Racism as a system of social organization offers economic and racial privilege to white people, and, as a consequence of this, black people historically began to occupy precarious activities with few rights. In addition to this excluding structure, black people are commonly targets of episodes of racism and racial prejudice. Specifically about the precariousness of black people in modern work, there is the phenomenon of uberization as a new means of organizing work, which causes greater precariousness with the excess of hours and days worked and the transfer of costs and risks from the service to the delivery man. As a result, the “more flexible work” format creates a false idea entrepreneurship, deceptively offering the position of boss to the delivery person. In this way, the investigation of the working condition of black delivery people in Recife is essential to point out possible situations of racism and racial prejudice suffered by the people who work as deliverymen. The objectives of the work were articulated in understanding what black people are like in the sphere of modern work from the analysis these deliverymen gave about their work and understanding how uberization works, in addition to verifying if situations of racism occurred at the time these workers made their deliveries. The research carried out here was developed under a qualitative approach, with the use of semi-structured interviews being the main instrument to capture, in the responses, the real scenario of these workers. The importance of this work is based on the emphasis given to the situation of precariousness of work and racism that these workers go through and how application companies, civil society and the Government can act to mitigate these problems. Therefore, this research presents qualitative data that highlight - and present as results - the precarious situation of delivery people in Recife, in addition to situations of racism and racial prejudice that these workers face in their daily work.

Keywords: Racism. Uberization. Precarization.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	BRASIL: UM PAÍS RACISTA	14
2.1	SISTEMA RACIAL	14
2.2	O NEGRO NO MUNDO DO TRABALHO.....	16
3	EMPREENDEDORISMO DO CANSAÇO	20
3.1	UBERIZAÇÃO NO BRASIL	20
3.1.1	O que é uberização	20
3.2	HEROÍSMO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO	23
3.2.1	O negro fora da estrutura	23
3.3	A INDIVIDUALIZAÇÃO COMO CHAVE	25
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS	27
5	ENTREVISTAS	28
5.1	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	28
5.1.1	Perfil social	28
5.1.2	O suor para ser patrão	31
5.1.3	A continuação do passado	35
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Para as Ciências Sociais, compreender como funciona e se estrutura uma sociedade exige entender que existem fios que tecem a realidade social dos indivíduos. Isso se fundamenta pelo instante em que normas, valores e ideias formam as pessoas e oferecem performances pelas quais elas se relacionam. Um fio que vai tecendo a sociedade brasileira e o mundo é o racismo¹, que, por definição e como referência à cor da pele, privilegia os brancos em qualquer esfera social com a afirmação de que quem é negro deve ser subjugado. Esse pensamento escancara a tese de que, para o favorecimento do branco acontecer, o negro deve ser tratado exaustivamente como subalterno.

O que se aprende na escola é que o Brasil foi descoberto pelos portugueses em 1500, que, por sua vez e com sua “boa intenção”, catequizaram os indígenas e ofereceram a condição de serem seres humanos, assim como ocorreu com os negros na formação do Brasil. A literatura colonialista no Brasil, por meio das escolas, é uma ferramenta que busca silenciar as contradições violentas que aconteceram e ainda acontecem para essa “boa vinda” dos colonizadores ao Brasil.

Entretanto, a realidade histórica mostra que, para os portugueses terem conseguido permanecer no Brasil e terem feito o que fizeram, foi necessário ter criado um sistema de subjugação violenta pelo qual os povos originários e os negros passam sob o véu do racismo. Ou seja, no pensamento colonial, por esses povos não serem brancos e europeus, eles não mereciam ser classificados como seres humanos, e sim como “selvagens”, sendo este o motivo que os levou a serem escravizados e educados para o sistema colonial. Dessa maneira, os portugueses criaram uma estrutura social desigual em que os brancos estariam em posições de privilégio social e racial e os indígenas e negros fossem escravizados.

No escopo deste trabalho, nos referimos aos negros, que foram trazidos forçadamente do continente africano e foram colocados como peças de uso no sistema colonial do Brasil. Isso se realizava, por exemplo, no momento em que, em uma fazenda, o negro era responsável pela monocultura e seu repouso era em um estabelecimento insalubre, enquanto que, na *casa grande*,

¹ De acordo com Almeida (2019), o racismo pode ser definido partindo-se de três perspectivas distintas: a institucional, a individualista e a estrutural. Especificamente sobre a primeira perspectiva, o autor destaca que “[...] o conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional” (ALMEIDA, 2019, p. 31).

o branco gozava de boas condições e comandava esse sistema escravista.

Institucionalmente falando, essa origem de fatos dos séculos iniciais do Brasil foi “finalizada” no ano de 1888, com a aprovação da Lei Áurea, que, por sua vez, acabava com o sistema escravista no Brasil. No entanto, esse episódio deve ser bem analisado para que se possa compreender o que é e como funciona uma sociedade. Para tal, é fundamental saber quais os valores, normas e ideias que orientam os indivíduos, buscando entender como o racismo se caracteriza como um dos principais fios estruturais que tecem a sociedade brasileira — de classes, de raça e culturalmente. O racismo cria um sistema de relacionamento interpessoal, de classes e qualquer esfera social, colocando o negro na posição de subalterno. De acordo com Moura (1998, p. 6), há, no Brasil, uma série de “[...] mecanismos de barreiras étnicas que foram estabelecidas contra o negro na sociedade branca”.

Essa posição de subalternidade pode ser percebida, por exemplo, durante a monarquia no Brasil, em que o Estado português utilizou a religião oficial — a católica — como ferramenta de controle de corpos para definir a posição na qual o negro deveria estar na sociedade colonial. Essa consolidação do racismo institucional é definida por Almeida (2019)² como uma consequência de toda a história racista que faz tornar legítimo um sistema de escravidão.

Dessa maneira, observa-se que o sistema colonial, por meio do racismo, criou mecanismos que fizeram com que não houvesse saídas para quem fosse negro no período colonial; assim, o racismo institucional legitimava o racismo e dava o controle dos corpos negros aos brancos, fazendo com que estes pudessem situar onde o negro deveria estar. Isso, por sua vez, afeta o campo cultural, o âmbito das classes e o campo religioso.

No entanto, conforme foi dito anteriormente, no século XIX foi instituída a Lei Áurea, que teve o objetivo de encerrar institucionalmente a escravidão e libertar o povo negro. Porém, não foi isso que ocorreu. Não houve nenhuma reparação do Estado para com os negros, que, por sua vez, foram deixados à própria sorte e permaneceram imersos a um sistema racista de relacionamento, persistindo o desprestígio social.

Dessa maneira, passados séculos sob a égide do sistema escravista, não é pelo fato de uma lei ter sido promulgada e ter acabado institucionalmente com o sistema escravista que este sistema não teria deixado consequências até os dias atuais. O sistema de classificação racial

² De acordo com Almeida (2019, p. 29), “[...] o racismo institucional se origina na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade e, portanto, recebe muito menos condenação pública do que o primeiro tipo”. Ademais, “[...] assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos” (ALMEIDA, 2019, p. 31).

oriundo do momento escravista criou o que Moura (1988) vai denominar de *etnologização da história e escamoteação da realidade social*. Ou seja, criou-se uma noção de que o Brasil vivia em uma democracia racial³, sendo esse termo vendido aos quatro cantos do mundo como um exemplo de país no qual a população multiétnica vivia em completa harmonia social.

Mesmo com toda essa desumanização sofrida pelos negros, os crentes da democracia racial acreditam que, com o final da escravidão, a abertura das portas da integração ao proletariado nascente do Brasil seria natural. Acerca disso, Moura (1988) destaca em sua obra que os negros tiveram todas as barreiras disponíveis para ingressar nesse campo do trabalho do capitalismo dependente brasileiro.

Sendo assim, os negros tiveram que sobreviver a condições degradantes de trabalho exercendo diversas funções nas áreas de artesanato e manufatura. Sobre isso, os números na obra de Moura (1988) — *Sociologia do negro brasileiro* — mostram como os negros exerciam essas funcionalidades com qualidade, mas que, depois, essas vagas foram destinadas aos imigrantes.

O destaque em crer no objetivo que a democracia racial quer trazer é uma falsa equidade de oportunidades e prestígio em que negros e brancos estariam; em outras palavras, é ilusório pensar que os dois partiriam da mesma posição de classe e, por mérito de cada um, seus respectivos futuros seriam definidos de acordo com esse suposto “mérito”. Desse modo, muito do desenho que se mostrava naquele momento da sociedade brasileira reflete o momento atual: tratava-se de uma desigualdade social violenta, da qual o negro estava em funções não assalariadas e de baixo apreço social — situação semelhante aos dias atuais. Ainda assim, a responsabilidade de ascensão econômica continua sendo lançada no colo das pessoas negras, mesmo estas não tendo acesso a dispositivos emancipatórios.

Por intermédio disso, no objetivo de compreender como o desenvolvimento social do negro na sociedade brasileira está ocorrendo, é preciso ter como *premissa* que existe um espelhamento da condição social em que o negro foi introduzido no passado que gerou a herança colonial visivelmente notória nos dias de hoje.

O atual diagnóstico da modernidade brasileira leva em conta a desigualdade de classes e de raça como principal engrenagem para o capitalismo brasileiro. Além disso, o racismo traça os possíveis caminhos que o negro proletário tem que passar nessa sociedade de classes que se

³ A democracia racial tornou-se o termo que caracterizaria o Brasil como exemplo de país no qual haveria um “equilíbrio de antagonismos”, termo este utilizado por Gilberto Freyre para descrever a relação entre os três grupos étnicos (os indígenas, os africanos e os brancos) que formariam essa constelação de boas práticas (FREYRE, 2003). No livro *Casa grande e senzala*, publicado em 1933, o autor descreve mais sobre esse pensamento.

configurou no Brasil.

Existe uma Carta de Conjuntura lançada pelo IPEA que utiliza o termo *gig economy*, que, por sua vez, “[...] caracteriza as relações laborais entre trabalhadores e empresas que contratam essa mão de obra para a realização de serviços esporádicos e, portanto, sem vínculo empregatício (tais como *freelancers* e autônomos)” (GÓES; FIRMINO, MARTINS, 2021, p. 1, grifos dos autores).

Esse “capitalismo de plataforma” (TONELO; SILVA; FRAMIL FILHO, 2022) tem como grande exemplo (e como principais atores) os entregadores de aplicativos, seja a entrega feita por meio de carro, moto ou bicicleta, além de ter como principal característica a falta de regulamentação — que recusa a condição de trabalhador tradicional (ou seja, pelas leis trabalhistas) e ao mesmo tempo aprimora um sistema de precarização do trabalho em que, pela falta explícita de qualquer relação trabalhista dos aplicativos com os entregadores, impõe a estes a falsa ilusão de que eles são seus próprios “patrões”. De acordo com Abílio (2018, p. 115), “[...] o que vemos é a crescente eliminação de proteções ao trabalhador, especialmente com relação às determinações e proteções sobre os limites da jornada de trabalho, sobre a remuneração, sobre os riscos e custos”.

Em cada momento da história no Brasil, o sistema capitalista enquadra e forma as posições das classes dos brasileiros para o seu desenvolvimento de vida. Com base no exposto, o objetivo geral desta pesquisa é entender como se apresenta a figura do negro na sociedade de classes brasileira na atual ordem social competitiva⁴, mais especificamente como os entregadores de aplicativo — especificamente aqueles que realizam as entregas de bicicleta — se tornaram peças fundamentais para entender como é a vida do proletário negro brasileiro. Como objetivo específico, buscou-se investigar se o entregador negro sofre episódios de racismo no seu cotidiano de trabalho e se, pelo fato de ser entregador de aplicativo, a carga horária de trabalho é caracterizada como extensa, provocando uma excessiva carga de estresse. Além disso, também buscou-se verificar se os entregadores entendem a si mesmos como *empreendedores de si*, ou seja, como trabalhadores que gerenciam seu próprio tempo e são seus próprios patrões em sob uma cela de bicicleta.

No que se refere à estrutura deste trabalho, tem-se esta breve introdução de contextualização do tema, e, no segundo capítulo — *Brasil: um país racista* —, é feita uma abordagem explicativa do que é o racismo e como ele se concretiza em um sistema que cria barreiras sociais aos negros, prejudicando seu desenvolvimento social, tal como destaca

⁴ Cf. Fernandes (1982).

Almeida (2019) ao discorrer sobre o racismo institucional e o estrutural.

No terceiro capítulo, intitulado *Empreendedorismo do cansaço*, introduz-se a explicação sobre o que é a uberização e como ela se torna uma nova dinâmica para a exploração da mão de obra do negro brasileiro, sendo o seu objetivo atingir justamente os trabalhos que se encontram “à margem” do capitalismo. Além disso, também busca-se abordar a noção do empreendedorismo e como essa uberização se apresenta no cotidiano dos trabalhadores.

No capítulo seguinte, apresentamos os aspectos metodológicos utilizados como base para o desenvolvimento desta pesquisa, e, em seguida, apresentamos as *entrevistas* feitas com os entregadores no capítulo 5. Este capítulo promove a análise das entrevistas pontuando-se aquilo que foi abordado nos capítulos anteriores, isto é, a partir dos termos e conclusões do que é o racismo e a uberização no Brasil, buscando relacionar as teorizações sobre esses termos ao trabalho dos entregadores.

Disso isso, em virtude de toda essa gestão do trabalho exposta pelo capitalismo moderno, principalmente no que se refere às consequências para a pessoa negra com possíveis episódios de racismo, justifica-se a realização deste trabalho como uma forma de compreender a experiência do negro na esfera do trabalho contemporâneo, buscando compreender, mais especificamente, como o racismo estrutural afeta a vida dessas pessoas no Brasil de forma que o Estado e a sociedade possam entender o fardo que possuem e reflitam sobre a possibilidade urgente de mudar as condições dessas pessoas. Há, para isso, um campo extenso de estudos sobre as posições de subalternidades, o *lugar social* do negro e como o racismo afeta suas vidas; entretanto, a pesquisa aqui proposta possui a intenção de entender a experiência laboral, sensorial, e de emoções do negro nessas ocupações precarizadas sob uma perspectiva prática.

2 BRASIL: UM PAÍS RACISTA

Entender como funciona um país no tempo atual é buscar compreender como se deu sua formação inicial, cultural e quem foram os responsáveis que, de fato, “construíram” o lugar. No caso do Brasil, seu início é tratado quando, em meados de 1500, os portugueses invadem o território até então por eles desconhecido, trazendo consigo aquilo que pode se caracterizar como “o ponto central em ser considerado ser humano”: ter nascido no continente europeu. O território conhecido hoje como Brasil não foi criado a partir da chegada dos portugueses; antes disso já existia o povo nativo com seu cotidiano de vida e com suas práticas sociais e culturais. No entanto, com a chegada dos portugueses, a vida dos nativos e daqueles que ali nasceriam no futuro — oriundos do continente africano ou sendo nativo — estaria marcada para o resto dos tempos.

Dessa maneira, os portugueses, com a intenção de colonizar essa nova terra, trouxeram a metodologia do *plantation*, ou seja, a utilização da monocultura a partir de um latifúndio com uma mão de obra escrava. A princípio, no início dessa colonização, os índios foram os principais reféns dessa estrutura; entretanto, com a expansão territorial dos portugueses, os negros passaram a ser os alvos e, conseqüentemente, a exercer essa atividade.

Sendo assim, deu-se início àquilo que marca a sociedade brasileira moderna: o período da escravidão no país, com os índios sendo os primeiros e os negros sendo escravizados logo após. Esse período contou com pontos fundamentais que, por sua vez, determinaram as posições e papéis sociais nos quais os negros se encontram inseridos na sociedade capitalista periférica brasileira, que, ainda assim, com a ideia de democracia racial, tenta cegar aquilo que a constitui.

2.1 SISTEMA RACIAL

A colônia portuguesa já estava instalada e a escravidão negra já era uma peça fundamental para a engrenagem do funcionamento da sociedade escravocrata colonial. Já havia, portanto, um modo de operação de tratamento e de posição de classe estruturadas a partir da escravidão: o racismo como véu de tratamento e tudo que o envolvia.

A vinda da Família Portuguesa ao Brasil no início do século XIX marcou o fato da intenção explícita do uso das instituições, cuja intenção era a de manter um desenvolvimento econômico escravista institucionalizado, uma vez que a rede de ensino e de ciência controlada pelos jesuítas, advindas daquilo que era estudado no campo europeu, era personificada nas instituições para reforçar uma prática comum na sociedade: o racismo. De acordo com

Schwarcz (1993, p. 31), isso era feito “[...] com a firme intenção de estabelecer no país instituições centralizadoras que produzissem de forma perfeita o antigo domínio colonial”.

Com a fuga da Família Real Portuguesa para o Brasil, o objetivo da coroa era tratar o país como a metrópole econômica aos moldes europeus e ser um exemplo de harmonia social e cultural com a convivência dos três grupos étnicos: indígenas, negros e mulatos (SCHWARCZ, 1993). Essa visão de Brasil era reforçada pelos intelectuais da época como uma área econômica de grande potencial, a ciência daquele momento era transportada pelos portugueses da Europa e o darwinismo social era uma das ideologias preponderantes à época.

Para o atraso econômico do Brasil, era utilizado como justificativa principal o fator da *mestiçagem*, a exemplo da relação de poder violenta que existia dos brancos para com os negros e a nascerça dos mulatos. Essa ciência racista vinda da Europa era um método utilizado pela Coroa Portuguesa para justificar o racismo e ter motivos suficientes para, futuramente, ter a intenção de embranquecer a população, propagando o receio de que a mestiçagem degradasse a sociedade brasileira.

Toda a intenção e objetivo da lógica colonial era ditar o sistema cultural e de reprodução da memória histórica no Brasil. Para essa afirmação, a posição do negro na sociedade deveria ser abastarda, sem identidade própria, sem cultura, sem religião, sem qualquer dignidade considerada:

Durante toda a existência do Estado brasileiro, no regime escravista, ele se destinava, fundamentalmente, a manter e defender os interesses dos donos de escravos. Isto quer dizer que o negro que aqui chegava coercitivamente na qualidade de semovente tinha contra si todo o peso da ordenação jurídica e militar do sistema, e, com isto, todo o peso da estrutura de dominação e operatividade do estado (MOURA, 1988, p. 21).

Dessa maneira, observa-se como o elemento da raça — aqui como definição sociocultural, e não como espécie — se torna elemento central no funcionamento da sociedade colonial. A estrutura que os portugueses construíram necessitava da posição do colonizado (ou seja, o negro) como subalterno em todas as esferas de dinamismo social, cultural, econômico e de tratamento. Especificamente sobre o fator econômico, um dos principais pontos que pode ser destacado é a posição que o Estado brasileiro almejava que o negro ocupasse.

Muito se pergunta sobre como um sistema que fundamenta na descriminalização, a partir da cor do indivíduo, cria uma ideia de desvalorização em que aquele referenciado como de raça inferior tem sua vida traçada para o descarte de sua dignidade, sendo isso estabelecido como uma regra de convívio e dinamismo social na sociedade.

A partir do que foi dito anteriormente, percebe-se que o Estado e os intelectuais da época

colonial tiveram interesse e disposição suficientes para institucionalizar e afirmar, por meio da “sciencia” (SCHWARCZ, 1993), a lógica de supremacia do homem europeu e sua produção cultural discriminatória no Brasil. Para quem observa o país atualmente, observa-se que a lógica racista foi muito bem realizada ao ponto de ser negada e de ser exemplo de relacionamento harmônico entre grupos étnicos diferentes — índios, negros e brancos no Brasil. Este sempre foi o objetivo do estado brasileiro.

De acordo com Almeida (2019, p. 29), “[...] o racismo institucional se origina na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade e, portanto, recebe muito menos condenação pública do que o primeiro tipo”. Esta frase ilustra um pouco de como o racismo prevalece e está sobre e internamente na sociedade brasileira.

No século XIX, as ideias acerca do racismo e do darwinismo social caminhavam juntas às noções abolicionistas e do fim da escravidão no Brasil. Um exemplo disso é a promulgação de leis como a do Ventre livre, que, naquele momento, indicava o que seria, no futuro, o fim da escravidão no Brasil. A referida lei instituía que o escravo nascido após essa lei, estaria “livre” até os dezoito anos, sob o controle do antigo senhor (SCHWARCZ, 1993). De acordo com Schwarcz (1993, p. 252), “[...] é preciso destacar também que após a vigência dessa lei acelerou-se o movimento de migração interna de escravos, assim como elevou-se de forma brusca o preço dos cativos existentes e disponíveis”. Assim sendo, observa-se que já se havia um prelúdio daquilo que seria a inserção do negro na sociedade capitalista periférica brasileira.

2.2 O NEGRO NO MUNDO DO TRABALHO

Diante de todo cenário desvantajoso ao negro criado a partir das instituições e da estrutura organizacional social da época, a esfera do trabalho seria uma das que seriam afetadas por essa privação de espaços aos negros. A princípio, é necessário pensar que, mesmo no regime escravista, os negros que não estavam na monocultura estariam em ocupações diversas, sobretudo sob o regime de classificação pela cor já existente naquela época para pessoas pretas, brancas e mulatas. Acerca disso, Moura (1988, p. 70) destaca que “[...] o mulato é diferente do negro por ser mais claro e passa a se considerar superior, assimilando a ideologia étnica do dominador [...]”.

Para fins de contextualização, Moura (1988) apresenta em seu livro os ofícios que os negros atuavam em São Paulo a partir do recenseamento de 1882:

Condição social	Escravo	Trabalhador livre	Total
Costureiras	67	583	650
Mineiros e cant. (sic)	1	41	42
Trab. em metais	19	218	237
Trab. em madeiras	33	260	293
Trab. em edificações	25	130	155
Trab. em tecidos	124	856	990
Trab. em vestuário	2	102	104
Trab. em couro e papel	30	180	219
Trab. em calçados	5	58	63
Trab. em agricultura	826	3 747	4 563
Criados e jornais	507	2 535	3 042
Serviços domésticos	1 304	3 506	4 810
Sem profissão	677	8 244	8 921

Fonte: Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*.

Fonte: Moura (1998, p. 67).

Observa-se que as funções reservadas aos negros eram as das mais precárias, já que, para a população branca, era demais para eles. Ainda assim, é possível que já houvessem pessoas negras nessa classificação, uma vez que, mesmo em período de escravidão, pessoas negras conseguiam fazer algumas atividades, apesar de menos valorizadas. Para além disso, com a Lei Áurea de 1888 e o “fim” da escravidão do Brasil, foi criada uma estória a qual pregava que os negros seriam inseridos na economia brasileira e que de fato haveria uma universalização de cuidados por parte do Estado para que eles tivessem toda capacidade de competir com os imigrantes recém-chegados e com os brancos.

No entanto, a política desenvolvida pelo Estado naquela época foi a de colocar todos os obstáculos possíveis na *ordem social competitiva* do capitalismo periférico brasileiro. Sobre isso, Fernandes (1982, p. 84) destaca que, “[...] até esse período, como escravos ou como libertos, [os negros] tinham uma posição forte e intocável na estrutura da economia”⁵.

Dito isso, percebe-se que o Estado cria toda uma “teia” estrutural para dificultar o dinamismo social e sentenciar a posição do negro nessa estrutura capitalista. Sendo assim, o governo facilita a entrada de imigrantes europeus para essa transição da ordem social escravocrata para a competitiva (SCHWARCZ, 1993) com o objetivo de embranquecer a população brasileira, além de ocupar as posições de trabalho no seio desse capitalismo dependente.

Além disso, no aspecto geográfico, os negros foram deixados à própria sorte e sem nenhum aparato residencial, se alojando nas piores regiões e, conseqüentemente, longe da

⁵ Florestan Fernandes (1982) utiliza o termo “ordem social competitiva” para definir o dinamismo econômico social brasileiro.

capital:

Em relação ao primeiro aspecto, nota-se que um número desproporcional de negros vive nas regiões predominantemente agrárias e menos desenvolvidas do Brasil, onde as oportunidades econômicas e educacionais são muito menores do que no Sudeste, onde se concentra a parte majoritária da população branca (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 90).

Dessa maneira, observa que o objetivo do Estado era negar qualquer tipo de existência do negro na sociedade brasileira, e, caso este estivesse inserido na sociedade burguesa, era para estar longe dos centros e das atividades de trabalho. Entretanto, mesmo com essa promoção dos imigrantes no Brasil, os portugueses, no período da República e antes dela, tentaram passar a imagem de que o Brasil fosse o “festival de cores⁶, isto é, o país em que diferentes grupos étnicos se relacionavam, não importando as diferentes posições de classe e *status* que tivessem. Essa ideia, vendida tanto externamente como internamente, pode ser explicada a partir do conceito de *aculturação* de Moura (1988), que busca explicar a noção de que cientistas sociais definiram o termo como uma “tradução” da satisfatória relação entre o grupo dominado (os negros, antes escravizados e depois marginalizados) e o grupo dominante nos aspectos social, econômico e cultural.

Dito isso, toda essa estrutura racista gerada pelo homem branco reedita o passado como uma repetição do cenário colonial brasileiro atual, ou seja, trata-se de um momento histórico diferente, porém com as mesmas engrenagens de barreiras sociais e de preconceito racial de antigamente que, por sua vez, legitimam esse sistema. Em outras palavras, segundo Fernandes (1982, p. 91), isso diz respeito à “[...] modernização do arcaico e a arcaização do moderno, como fator normal de integração estrutural e de evolução da sociedade”.

O Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) expôs, no ano de 2019, um estudo com graves indicadores sociais que revelam a desigualdade social entre brancos e negros, sendo o mercado de trabalho um exemplo propício deste dado. Segundo o estudo, a força de trabalho negra era 25,2% maior que a população branca. No entanto:

[...] em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas – apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018 (IBGE, 2019, p. 2).

⁶ Schwarcz (1993) salienta em sua obra como o Brasil era colocado como símbolo da miscigenação racial.

A informalidade, segundo o estudo, está ligada à precarização do trabalho, assim como à falta de acesso a direitos básicos que influenciam na qualidade de desenvolvimento social do indivíduo. Em seu artigo intitulado *Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil*, Santos (2005) demonstra como as desigualdades de classe geram impacto na desigualdade de raça no Brasil. As desigualdades de classe e raça possuem diferentes estruturas fundamentais, mas se encontram em um ponto: a exclusão. Na raça, a estrutura se inicia no fator biológico, ou seja, por ser negro, o indivíduo é associado a um fator de despreparo e classificado por não ser capaz de desenvolver alguma tarefa, em contrapartida ao branco, que é capaz de realizar multitarefas simplesmente por ser branco:

[..] as práticas racistas do grupo racial dominante, longe de serem meras sobrevivências do passado, estão relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 89).

O dispositivo de racialidade ao demarcar o estatuto humano como sinônimo de brancura irá por consequência redefinir todas as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a sua proximidade ou distanciamento desse padrão (CARNEIRO, 2005, p. 43).

Carneiro (2005), ao utilizar como referencial os escritos de Foucault em seu trabalho acerca de seu conceito de *dispositivo*, destaca que:

Ao instituir um novo campo de racionalidade em que relações de poder, práticas e saberes se articulam, um dispositivo, para Foucault, instaura uma prática divisora que primeiramente tem efeitos ontológicos, constituindo sujeitos-forma. No âmbito do dispositivo a enunciação sobre o Outro constitui uma função de existência (CARNEIRO, 2005, p. 39).

Desse modo, ao utilizar o conceito de Foucault e fazer referência ao racismo, nota-se que o conceito se realiza na esfera do trabalho, que, por sua vez, se materializa na forma do condicionante causado pelo dispositivo do racismo. Nessa esfera do trabalho, as melhores ocupações de trabalhos estão nas mãos de pessoas brancas, estando os trabalhos mais precarizados nas mãos das pessoas negras; essa é a condição inicial da vida da pessoa negra. Essa *prática divisória* mencionada por Carneiro (2005) se estende por diversas áreas sociais. Especificamente no caso da pesquisa aqui detalhada, essa prática será considerada a partir das entrevistas, que, de certo modo, revelaram como as barreiras étnicas de educação traçam o caminho da ocupação dos entregadores negros.

3 EMPREENDEDORISMO DO CANSAÇO

3.1 UBERIZAÇÃO NO BRASIL

Com o advento da pandemia de Covid-19 no ano de 2020, as atividades laborais que já existiam foram classificadas como essenciais. No momento de subtração do contato pessoal, os entregadores de aplicativo eram os responsáveis pelas entregas de mercadorias para a população. A partir desse ponto, a classe trabalhadora ascendeu com o passar do tempo de uma forma que passou a receber destaque na economia brasileira e se tornou, inclusive, um grupo de trabalhadores em que é possível observar uma nova dinâmica de trabalho, estabelecida por meio das funções, que, por sua vez, evidenciam a precarização do trabalho tradicional.

Esse novo estágio do capitalismo, tratado como “capitalismo de plataforma”⁷, se tornou um exemplo das recentes transformações na dinâmica do capitalismo contemporâneo. As recentes mudanças nas legislações trabalhistas, que ditam e regularizam as flexibilizações e terceirizações das formas de contratações dos trabalhadores brasileiros, foram igualmente afetadas por esse novo estágio.

Segundo dados do Ipea, no quarto trimestre de 2021, 1,5 milhões de trabalhadores estavam no sistema de plataforma, com a grande maioria formada por homens e autodeclarados pretos e pardos, mostrando parecer que, nessa dinâmica do trabalho, as posições são destinadas aos negros (GÓES; FIRMINO; MARTINS, 2021). O meio de entrega varia entre carro, moto ou bicicleta, sendo este último o mais precarizado, com altas taxas de quilometragem percorrida e remuneração menor. A pesquisa aqui realizada atesta isso, e, de certa forma, também dialoga com a pesquisa feita pelo Observatório pela Precarização do Trabalho e a Reestruturação Produtiva, na primeira paralisação dos entregadores no ano de 2020 (HELENA, 2020).

3.1.1 O que é uberização

A uberização, um novo jeito de gerir o trabalho, possui várias características que serão melhor destrinchadas neste subcapítulo. No que se refere à definição do termo, Antunes (2020, p. 8) destaca que:

⁷“A expressão “capitalismo de plataforma” é empregada para se contrapor às versões mais apologéticas do modelo, cujas variações mais conhecidas são: “economia compartilhada”, “parceria”, “empreendedorismo” e “economia colaborativa” (TONELO; SILVA; FRAMIL FILHO, 2022, p. 144).

[...] a uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de ‘prestação de serviços’ e obliterando as relações de assalariamento de exploração do trabalho (ANTUNES, 2020, p. 8).

Com base nisso, é possível notar que o capitalismo de plataforma aproveita a legitimação que o Estado oferece para trabalhos terceirizados, mais flexibilizados e na eliminação de direitos e, tendo isso em vista, lança seu novo gerenciamento para a população. Por meio desse fenômeno, o usuário da plataforma avalia o entregador e isso gera uma série de dados que, por sua vez, cria um *ranking de entregadores*, por meio do qual os entregadores mais bem avaliados têm preferência nas melhores corridas, por exemplo.

Para Abílio (2020, p. 111), a uberização é “[...] uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho”. A partir disso, pode-se observar como essa forma de controle cria um desmonte do que é conhecido como *trabalho tradicional*. Ou seja, o que era fruto de várias lutas dos trabalhadores — como décimo terceiro, férias e outras garantias conquistadas pela CLT —, passou a ser afunilado pela uberização, que, além de recusar a oferta dessas garantias, transfere os *riscos e custos*⁸ para o trabalhador, ainda que esses riscos e custos devam ser de responsabilidade dos aplicativos.

Ainda de acordo com a uberização, sabe-se que ela confunde seus trabalhadores com o aspecto tradicional do trabalho. Como dito antes, existe uma visão turva na distinção entre o que é o tempo de trabalho ou não, antes definido pelo empregador e agora gerido pelo trabalhador (ABÍLIO, 2020). Em outras palavras, o trabalhador é o empreendedor de si que define seus horários de trabalho. Mais à frente isso será melhor detalhado a partir de como os aplicativos criam essa falsa *autogerência*.

Nessa toada, as plataformas aplicam um discurso que apregoa que os entregadores são “parceiros”, sendo esse discurso algo que determina uma *economia compartilhada*, “[...] uma atividade propriamente econômica (o serviço de transporte de passageiros podendo ser tratado como simples ‘carona’, por exemplo)” (TONELO; SILVA; FRAMIL FILHO, 2022, p. 144).

Dessa forma, entende-se que as plataformas empregam como método a tentativa de se eximir de qualquer responsabilidade trabalhista, ao passo que cria uma narrativa que responsabiliza o entregador pelos custos com sua moto, bicicleta ou carro e pelos riscos com o tráfego caótico das cidades. Ou seja, caso ocorra qualquer tipo de acidente ou impasse com seu meio de transporte, será o entregador que custeará o problema, e não os aplicativos. Sobre essas

⁸ Abílio (2020) faz referência a essa característica da uberização.

condições degradantes de trabalho, Abílio (2020, p. 113) destaca:

Está em jogo a tendência de uma generalização em nível global de características persistentemente invisibilizadas e fortemente associadas à marginalidade, ao trabalho informal e, mais genericamente, ao mundo do trabalho da periferia (ABÍLIO, 2020, p. 113).

A principal característica desse novo modelo de trabalho é que, a partir das transferências de responsabilidade frente aos riscos e custos para o entregador, ele se torna o patrão do seu empreendimento e, como empreendedor, trabalha a hora que quiser e quando quiser. No entanto, isso é, de certa maneira, uma grande simbiose, visto que o entregador não é apenas um simples entregador: ele é, também, refém dos algoritmos dos aplicativos.

Antunes e Filgueiras (2020), a partir da análise de termos de uso, autos de infração, dos processos judiciais e de outros documentos, descrevem o que caracteriza a rede de serviço que existe entre o entregador e a plataforma de aplicativo, contradizendo a narrativa das empresas que afirmam que o entregador é livre para escolher a hora que quer trabalhar, como irá trabalhar e onde irá fazer a sua entrega.

A partir dessa análise, os autores citam 11 pontos característicos dessas plataformas que condicionam o trabalho dos entregadores. Desses pontos, destacamos cinco: (i) primeiramente, os aplicativos determinam quem pode trabalhar, ou seja, o entregador deve se enquadrar aos termos dessas empresas; (ii) depois, o entregador fica restrito às atividades dos aplicativos. Ora, se o entregador é livre e dono do próprio trabalho, por que ele não pode escolher qual serviço ofertar? Trata-se, portanto, de uma contradição; (iii) os aplicativos gerenciam as rotas dos entregadores; (iv) os aplicativos definem como as atividades serão realizadas; e (v) é o aplicativo que define o prazo e o valor das entregas (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020). A partir desses pontos, observa-se que cada entregador de aplicativo encontra-se “preso” a uma rede utilizada para explorar a sua mão de obra e vender, a cada um, uma ideia de autogestão.

Nos demais pontos, Antunes e Filgueiras (2020) mostram como, além dessa isca feita para os entregadores, os aplicativos criam formas de pressão para que os trabalhadores continuem trabalhando e cheguem até 12 horas trabalhadas por dia. Aquele que se recusa a pegar alguma corrida corre o risco de ser bloqueado do aplicativo, “ficando de molho” para fazer uma entrega, e, conseqüentemente, ficando com as piores entregas após o retorno:

Podemos olhar para essa suposta autonomia por uma perspectiva inversa: a ausência de qualquer garantia ou obrigação por parte das empresas quanto à remuneração e à carga de trabalho oferecida vem obrigando o trabalhador a exercer jornadas extensas, a abolir dias de descanso, além de ter de aderir a mais de uma empresa-aplicativo para

poder garantir sua remuneração – ao passo que o poder de definir o valor da remuneração, a distribuição do trabalho, as regras e critérios de distribuição e remuneração é de total propriedade das empresas (ABÍLIO, 2020, p. 116).

3.2 HEROÍSMO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

3.2.1 O negro fora da estrutura

A ideologia da uberização, quando perpassa nas entranhas da sociedade de classes no Brasil, se apresenta claramente como método de precarização do trabalho, e, em consequência disso, atinge a maioria da população que se autodeclara negra. As posições de trabalho precarizadas historicamente desde o período pós-escravidão foram reservadas às populações negras, definindo o que Moura (1988) nomeia de imobilismo social:

Já no período escravista, portanto, havia uma tendência a se ver no negro escravo um elemento que devia ser restringido no mercado de trabalho em mão de obra eternamente não qualificada e que, por uma série de razões, não podia ser aproveitado (MOURA, 1988, p. 72).

Dessa maneira, observa-se que, naquela época, o governo e a sociedade condicionaram a vida dos negros a posições sempre de precarização do trabalho, sendo eles já reféns da escravidão e, mais adiante, da imersão da ordem social competitiva no Brasil⁹. O principal ponto que se apresenta no início dessa ordem competitiva e que recai na contemporaneidade é a questão da democracia racial e a culpabilidade do negro em não ascender socialmente na sociedade de classes.

Por mais que negros e brancos sempre estiveram posições distintas de classe, havia uma noção bastante reproduzida de que o fato de existirem três grupos étnicos distintos — africanos, índios e portugueses — na formação inicial do Brasil propiciava uma eterna harmonia entre as raças que se estendia na esfera do trabalho, sendo o Brasil um dos principais exemplos no mundo nesse quesito.

O principal exemplo disso era o “mulato”, considerado fruto da relação entre pessoas pretas e brancas. No caso do mulato, caso este possuísse a pele mais clara, conseqüentemente teria privilégio social na sociedade; já aqueles que possuíam a cor da pele mais retinta, ou eram ex-escravizados, sempre ocupavam ambientes com os piores trabalhos, além de serem exigidos que tivessem um desempenho genuíno para se desenvolver na sociedade, mesmo em contextos

⁹ Cf. Fernandes (1982).

desfavoráveis.

Essa mesma exigência é vinculada atualmente ao discurso do empreendedorismo e da uberização quando este último passa a se definir como um trabalho cooperativo, a repassar as responsabilidades de custo e risco da operação do trabalho ao entregador de aplicativo e a colocá-lo como dono do seu próprio trabalho, mesmo que a atividade desempenhada ofereça danos à vida do trabalhador. Acerca disso, fica o seguinte questionamento: que patrão trabalha 12 horas por dia pedalando?

De acordo com González e Hasenbalg (1982, p. 89), “[...] a raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição das pessoas na hierarquia social. Mesmo salientando esse diagnóstico da sociedade brasileira, a uberização vem para dificultar essa resolução ao aplicar um excesso de individualização do trabalhador, que, por sua vez, segue sendo afetado pelas dinâmicas de trabalho das tecnologias da informação e comunicação (TICs):

Entretanto, é preciso compreender toda essa novidade não só como atualização e mudanças qualitativas de processos em curso há décadas, mas também como espraiamento e visibilização de elementos historicamente associados aos mercados de trabalho periféricos. Está em jogo a tendência de uma generalização em nível global de características persistentemente invisibilizadas e fortemente associadas à marginalidade, ao trabalho informal e, mais genericamente, ao mundo do trabalho da periferia (ABÍLIO, 2020, p. 113).

Esse trabalhador afetado é, em sua maioria, negro. De acordo com dados do Observatório pela Precarização do Trabalho e a Reestruturação Produtiva, que realizou cerca de 253 entrevistas com entregadores de aplicativo na manifestação por melhores condições de trabalho do dia primeiro de julho de 2020, 67% dos entregadores entrevistados eram negros e 33% eram brancos, sendo eles de maioria masculina (HELENA, 2020). Esse dado, além de reforçar a estrutura racial que implica nas posições de classe dos entregadores, também dialoga com a pesquisa aqui apresentada, a qual aponta que, dos oito entregadores entrevistados, nenhum era branco e todos eram homens, o que de certa forma escancara a dificuldade de se encontrar pessoas brancas e mulheres nesse trabalho.

Além disso, é importante destacar que 28% dos entregadores eram ciclistas. Sobre esse dado, o que pode ter dificultado a participação destes é a questão da quilometragem que percorrem em comparação aos motoboys. A maioria desses entregadores trabalham por 10 horas ou mais, num contexto trabalhista um pouco parecido ao contexto da atividade laboral do século XIX.

3.3 A INDIVIDUALIZAÇÃO COMO CHAVE

Segundo Ehrenberg (2010, p. 25), “[...] o esporte define a imagem do indivíduo ideal: um indivíduo puro, sem raízes e sem passado, que não se refere a nada, a não ser a si mesmo”. O sociólogo francês, em seu livro intitulado *O culto da performance*, busca compreender como a linguagem do esporte — ou seja, o “espírito de equipe” ou “trabalho de compartilhamento” — penetra na economia como ferramenta de motivação dentro das empresas. Além disso, o autor também procura investigar como essa linguagem se caracteriza como sendo uma metodologia de competitividade no seio das empresas.

Essa competitividade é forçada a internalizar os indivíduos e estes necessitam de uma autorrealização que, por sua vez, só pode ser conquistada por eles mesmos, sem a necessidade de ninguém. Em outras palavras, “[...] o herói é o verdadeiro sujeito da modernidade. Isso significa que, para viver a modernidade, é preciso uma natureza heroica” (EHRENBERG, 2010, p. 14).

A questão levantada por Ehrenberg (2010) visa debater como essa narrativa competitiva e legitimada se discorre como um barco em um rio nas sociedades capitalistas. Trazendo essa reflexão do sociólogo, pode-se fazer uma comparação com a uberização como prática e realização, refletindo o discurso do empreendedorismo no contexto dos entregadores de aplicativo.

Para essa nova dinâmica do capitalismo que é a uberização, a qual Abílio (2020) utiliza o termo “trabalhador *just-in-time*” para se referir a esse tipo de indivíduo, a empresa não define a quantidade de horas de trabalho que ele vai cumprir no serviço e o pagamento só é feito no instante em que se está pedalando a caminho da entrega, não sendo o trabalhador remunerado, portanto, no momento da espera do pedido. Por isso, o termo em tradução literal significa “trabalho na hora certa”. De acordo com Abílio (2020, p. 117), “[...] a definição da duração da jornada de trabalho não está mais relacionada com limites determinados sobre o tempo de trabalho, mas com o ganho necessário a ser obtido por dia.

Nesse sentido, as empresas de TICs tentam impor aos entregadores essas narrativas de empreendedorismo que apontam como eles possuem o poder de definirem o próprio trabalho. Sobre esse ponto, como será analisado nas entrevistas, todos se autodeclararam como *patrões do próprio emprego*. Entretanto, é na figura do empreendedor e no desenvolvimento — ao mesmo tempo recente e rápido — dos modos de ação empreendedores que o heroísmo encontra sua forma dominante.

No que se refere à ideia já apresentada anteriormente de que era exigido do negro um

desenvolvimento e uma conseqüente ascensão social genuína, mesmo com nenhuma condição que oferecesse capital para esse crescimento, é possível perceber que a narrativa atual do empreendedorismo tenta justamente exaltar essa individualização, ao passo que, por meio dessa atitude, pode trazer uma cegueira social do indivíduo a ponto de fazer com que o trabalhador só encontre nele a saída para se desenvolver na sociedade de classes:

Hoje, só conta ação do indivíduo que não dependa de ninguém, a não ser do próprio indivíduo, da parte, por assim dizer, puramente pessoal do indivíduo comum, cuja proeza é ela própria, comum, o que significa que não importa qual proeza é legítima [...] (EHRENBERG, 2010, p. 13).

Essa narrativa retira o foco sobre os reais problemas estruturais que organizam a sociedade e sobre as instituições sociais que formam os indivíduos ao negar seu próprio passado. Com isso, a uberização igualmente tira o foco das relações tradicionais de trabalho; ou seja, mesmo existindo a precarização do trabalho, a intenção é incentivar o trabalhador a ser empreendedor e propagar ideias do tipo “o seu futuro depende de você” ou “a estrutura desigual de raça e classe não influenciam sua vida”.

Ademais, cabe mencionar, nesse contexto, livro de do professor Jonathan Crary (2016) intitulado *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*, por meio do qual o autor formula diversos conceitos sobre o trabalho 24/7 e faz algumas reflexões sobre como o capitalismo moderno se dinamiza a ponto de praticamente castigar o sono do indivíduo, fazendo-o viver apenas para o trabalho. Pensando nisso — e especificamente nos entregadores —, essa autopromoção do indivíduo faz com que eles trabalhem, conforme dito anteriormente, 10 horas ou mais por dia para atingir os seus objetivos. É isso o que a uberização tem a oferecer aos entregadores; é isso que a sociedade, cegamente guiada pelo racismo, tem a oferecer aos trabalhadores negros do Brasil: processos técnicos de precarização do trabalho e exigência de que o negro seja um herói vivendo na maior defasagem social, como sempre foi desde a escravidão. Como destaca Fernandes (1982, p. 85):

[...] a vítima da escravidão foi também vitimada pela crise do sistema escravista de produção. A revolução social da ordem social competitiva iniciou-se e concluiu-se como uma *revolução branca* (FERNANDES, 1982, p. 85, grifos do autor).

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Com relação à metodologia aplicada nesta pesquisa, a partir dos conceitos abordados pelos teóricos trabalhados neste trabalho, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas estruturadas com entregadores de aplicativo da Região Metropolitana do Recife (RMR), cujas respostas dos entrevistados serviram como *corpus* para posterior análise.

As entrevistas foram feitas no bairro do Rosarinho, bairro do Recife, no estacionamento do restaurante Hub Food. As abordagens aos entregadores ocorreram quando estes encontravam-se descansando na sombra de uma árvore situada no estacionamento — sentados ou deitados no chão, conversando com os outros entregadores. O restaurante foi indicado por um indivíduo (também entregador de aplicativo) conhecido por parte do pesquisador e conta com alto fluxo de entregadores. Conforme foi dito na seção anterior, as entrevistas ocorreram com 8 entregadores ciclistas entrevistados que, cada qual à sua maneira, contribuíram para a realização desta pesquisa.

Antes do início de cada entrevista, era feita a solicitação para gravação com a garantia da confidencialidade de cada um, assim como do nome das empresas as quais eles trabalham. Todos os entregadores entrevistados pertencem ao sexo masculino, o que dialoga com dados da pesquisa realizada pelo Observatório pela Precarização do Trabalho e a Reestruturação Produtiva que mostram que o público que trabalha com entregas via empresas de aplicativo é predominantemente do sexo masculino (HELENA, 2020). Além disso, 7 dos 8 entregadores entrevistados moram na RMR.

A coleta dos dados foi realizada a partir da gravação das entrevistas fazendo-se uso de um aplicativo de gravação de aparelho celular, sendo essas gravações posteriormente armazenadas na nuvem do *e-mail* do pesquisador. Após a etapa da coleta, foi feita a transcrição manual desses dados. Para a análise das entrevistas, foi utilizado o programa QDA Miner Lite, voltado para pesquisa qualitativa, por meio do qual foram colocadas integralmente as respostas dos entrevistados e selecionadas frases ou palavras-chave para serem destacadas e melhor trabalhadas nesta pesquisa. A análise das entrevistas foi baseada a partir do referencial teórico aplicado na pesquisa, e, a partir deste referencial e das frases e palavras-chave separadas por meio do programa QDA Miner Lite, foi possível descrever o que os entregadores estavam querendo expressar acerca de suas rotinas de trabalho.

5 ENTREVISTAS

Este capítulo expõe as discussões e reflexões acerca das entrevistas realizadas com 8 entregadores ciclistas da RMR. As entrevistas foram empreendidas com a perspectiva de criar os perfis sociais dos entrevistados mesclando esses perfis aos objetivos, que, por sua vez, procuram abarcar as condições de trabalho desses entregadores, suas falas sobre o racismo e o que eles pensam sobre esse tema.

Todos os entregadores são negros, sendo 4 deles autodeclarados pardos e outros 4 autodeclarados pretos. Esses 8 entregadores desenham o quadro racial dessa classe, quadro este que dialoga com a pesquisa do Ipea que, por sua vez, ao traçar os perfis dos profissionais da *gig economy*, constatou que a maioria dos trabalhadores era composta por homens pretos e pardos, com idades inferiores a 50 anos e com a escolaridade variando significativamente conforme o subgrupo destacado (GÓES; FIRMINO; MARTINS, 2021). A partir disso, percebe-se que o público da pesquisa do Ipea se configura, majoritariamente, como um público de homens jovens. Além disso, o perfil social dos entregadores entrevistados para os fins desta pesquisa também dialoga com dados de entrevistas feitas pelo Observatório pela Precarização do Trabalho e a Reestruturação Produtiva, o qual entrevistou 253 entrevistados e, destes, cerca de 65% eram autodeclarados negros (HELENA, 2020). Observa-se, portanto, que a classe dos entregadores se configura como um exemplo adequado para se investigar a situação da esfera do trabalho moderno e a situação dos negros a essa nova economia.

5.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

5.1.1 Perfil social

Quadro 1 – Logradouro dos entregadores de aplicativo

ENTREGADOR 1	ARRUDA
ENTREGADOR 2	CAMPO GRANDE
ENTREGADOR 3	SEM REGISTRO
ENTREGADOR 4	DOIS UNIDOS
ENTREGADOR 5	DOIS UNIDOS
ENTREGADOR 6	CAMPO GRANDE
ENTREGADOR 7	DOIS UNIDOS

ENTREGADOR 8	ÁGUA FRIA
--------------	-----------

Fonte: O autor (2022).

Os entregadores têm como características comuns as seguintes: (i) serem jovens; (ii) serem moradores da RMR; e (iii) possuírem idade abaixo de 25 anos, podendo este último ponto ser observado no quadro abaixo:

Quadro 2 – Idade dos entregadores de aplicativo

ENTREGADOR 1	18
ENTREGADOR 2	19
ENTREGADOR 3	24
ENTREGADOR 4	19
ENTREGADOR 5	18
ENTREGADOR 6	19
ENTREGADOR 7	20
ENTREGADOR 8	20

Fonte: O autor (2022).

Além desses dados, para se estabelecer um perfil mais aguçado desses entregadores, faz-se relevante apresentar o grau de escolaridade de cada um, conforme mostra o seguinte quadro:

Quadro 3 – Grau de escolaridade dos entregadores de aplicativo

ENTREGADOR 1	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	ESCOLA PÚBLICA
ENTREGADOR 2	ENSINO MÉDIO COMPLETO	ESCOLA PÚBLICA
ENTREGADOR 3	ENSINO MÉDIO COMPLETO	ESCOLA PÚBLICA
ENTREGADOR 4	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	ESCOLA PÚBLICA
ENTREGADOR 5	ENSINO MÉDIO COMPLETO	ESCOLA PÚBLICA
ENTREGADOR 6	ENSINO MÉDIO COMPLETO	ESCOLA PÚBLICA
ENTREGADOR 7	ENSINO MÉDIO COMPLETO	ESCOLA PÚBLICA
ENTREGADOR 8	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	ESCOLA PÚBLICA

Fonte: O autor (2022).

Um dado interessante acerca do quadro apresentado acima é que 3 dos 8 entregadores ainda não concluíram o Ensino Médio — seja por ter desistido ou adiado a formação por algum

motivo, seja pela tentativa de mesclar os afazeres da escola com o trabalho de entregador. Desses 3 participantes, todos possuem menos de 20 anos. Nesse sentido, a fala de um desses entregadores é interessante: “dia de semana eu só trabalho à noite por causa da escola, porque estudo de tarde, de manhã o movimento não é tão bom, mas no final de semana eu rodo de manhã até de noite, até meia-noite”.

Essa jornada dupla e desumana de alguns entregadores é consequência do que Carneiro (2005) fala acerca do *dispositivo de racialidade*. Conforme foi dito anteriormente, o sistema redefine as esferas sociais e se organiza de forma hierarquizada, criando barreiras sociais. Isso posto, o fato de todos os 8 entregadores serem oriundos de escolas públicas — e de alguns estarem com a formação em andamento e precisando conciliar o trabalho com a escola — de certa forma mostra o desigual desempenho dos negros em comparação aos brancos.

De acordo com o entregador (de 18 anos) que fez o relato anterior, essa é a realidade de muitos jovens brasileiros que, com a alta desigualdade social, precisam vivenciar uma rotina dupla para terem o que comer e, no que se refere ao ensino, pensarem em um futuro melhor. Além disso, esse entregador em específico já trabalha no ramo há algum tempo, tendo começando na adolescência.

Além disso, é importante destacar que, antes de serem entregadores, alguns já desenvolviam atividades laborais, sendo estas atividades, porém, de menor instrução e de caráter mais braçal, tais como trabalhar com a entrega de frutas e verduras, com conserto de aparelhos de ar-condicionado, em restaurantes ou na descarga de caminhões:

Entrevistador: já trabalhou antes?

Entregador 2: trabalhei desde os 15.

Entrevistador: em que?

Entregador: trabalhei em restaurante delivery, sempre em restaurante, como entregador, atendente, sempre em restaurante.

Entrevistador: tu acha que é melhor hoje?

Entregador: *hoje em dia como entregador eu ganho bem*

Entrevistador: por que tu começou a entrega por aplicativo?

Entregador 2: rapaz, de início é o que a idade permitia, geralmente os trabalhos de hoje em dia são focados nas pessoas com maiores de idade. *Eno ramo do entregador, muitas vezes o pessoal não vê isso, só vê disponibilidade de lá trabalhando e bota pra trabalhar.*

Seja a mudança de emprego para se tornar entregador ou no primeiro emprego, todos os entregadores mencionaram que começaram a ser entregadores por necessidade financeira ou por estarem tentando investir em algum curso técnico com a ajuda do dinheiro. Para aqueles que já trabalhavam antes, ser entregador pode ser menos estressante em comparação aos empregos anteriores, considerando-se o fato de o entregador ter “menos exigência” para

trabalhar. Aliado a isso, também se destaca o pensamento no nível alto de desigualdade social e nas barreiras étnicas de desenvolvimento, fatores que fazem com que empregos como o de ser entregador se tornem mais atrativos.

É comum pensar que o fator principal que contribui para isso é a sensação que os entregadores têm de *serem patrões*. Com essa sensação, o estresse pode ser algo responsabilizado e pensado sob uma perspectiva mais individual, sem considerar um chefe “nas costas”, apesar de eles declararem, por outro lado, que o próprio trabalho em si provoca estresse dados diversos fatores (a exemplo do fator trânsito).

Nota-se a semelhança disso com a figura intitulada *Recenseamento de 1882* (MOURA, 1988), apresentada na seção 2.2 deste trabalho, a qual mostra as atividades em que os negros atuavam a partir do censo de 1882, antes do fim institucional da escravidão. De acordo com a figura, eram reservadas atividades braçais e de grande esforço, sendo estas atividades consideradas “muito pesadas” para um branco fazer; por isso a reserva de tais trabalhos para os negros. Especificamente falando, o que se pensa no trajeto da atividade dos entregadores é que a barreira social e de raça “traçam” as atividades e o ensino de cada um, contribuindo, assim, para a sustentação da desigualdade social no Brasil.

5.1.2 O suor para ser patrão

Com o objetivo de analisar e compreender melhor quem são esses entregadores, é necessário entender como é a condição de trabalho de cada um e como esse trabalho é desempenhado. Nesse sentido, o quadro abaixo apresenta a quantidade de horas e dias trabalhados na semana de cada um dos entregadores:

Quadro 4 – Cotidiano dos entregadores de aplicativo¹⁰

ENTREGADORES	DISTÂNCIA POR DIA (EM KM)	HORAS DE TRABALHO POR DIA	QUANT. DE ENTREGAS
ENTREGADOR 1	SEM REGISTRO	9	SEM REGISTRO
ENTREGADOR 2	SEM REGISTRO	12	SEM REGISTRO
ENTREGADOR 3	32 KM	8,5	8
ENTREGADOR 4	40 KM	7	10

¹⁰ Para efeito de entendimento, a distância foi calculada a partir do número de entregas por dia feito por cada um multiplicado por 4 km, sendo esta a distância média das corridas feitas pelos entregadores.

ENTREGADOR 5	48 KM	6,5	12
ENTREGADOR 6	60 KM	6	15
ENTREGADOR 7	80 KM	10	20
ENTREGADOR 8	60 KM	8	15

Fonte: O autor (2022).

Os números acerca da quantidade de quilômetros pedalados por dia são demasiadamente altos, e, quando calculados por semana e por mês, chegam a ser assustadores para um trabalhador em uma bicicleta. Soma-se a isso a quantidade de horas trabalhadas, visto que *apenas dois dos oito entregadores trabalham menos de 6 horas por dia*. Um outro ponto que deve ser levantado a partir das entrevistas é que muitos desses entregadores fazem jornadas duplas, ou seja, dividem o tempo entre o estudo e o trabalho, conforme destaca o seguinte diálogo:

Entrevistador: quantas horas tu passa trabalhando?

Entregador 1: por dia são umas 8 a 10 horas.

Entrevistador: Aí tu tenta conciliar com a escola ou tu...

Entregador 1: *dia de semana eu só trabalho à noite por causa da escola, porque estudo de tarde. De manhã o movimento não é tão bom, mas no final de semana eu rodo de manhã até de noite, até meia-noite.*

Entrevistador: no caso, tu pega de que horas de manhã no fim de semana?

Entregador 1: a maioria aqui pega de onze até meia-noite; onze da manhã até meia-noite.

Entrevistador: quantos dias na semana? Os sete?

Entregador 1: os sete.

Ao pensar que esses trabalhadores precisam pedalar por até 12 horas, começando de 11 horas da manhã até as 11 horas da noite, e que todos são negros, cabe a reflexão sobre o passado escravagista no Brasil em suas devidas proporções, sendo esse um período em que os negros escravizados tinham rotinas exaustivas e mortíferas. Nos dias atuais, os entregadores necessitam atingir uma carga horária de trabalho elevadíssima em suas bicicletas para ter, no final do mês, um pouco de dinheiro, o que, de certa forma, retoma esse passado no que se refere à intensa carga de trabalho a qual o negro é submetido. Conforme destaca Abílio (2020, p. 116), “[...] o trabalhador uberizado inicia sua jornada sem ter qualquer garantia sobre qual será sua carga de trabalho, sua remuneração e o tempo de trabalho necessário para obtê-la”.

Pensando nesses números e no que Abílio (2020) pensa por trabalhador *just-in-time*, é importante destacar que os entregadores não recebem por muitas dessas horas, sendo uma parcela desse tempo destinada ao fato de o entregador precisar aguardar pelo sinal de entrega no aplicativo; em outras palavras, ele precisa estar disponível para a empresa a qualquer

momento e, mesmo assim, as empresas consideram que ele “não está trabalhando”.

São estratégias como essas que configuram a uberização e condicionam os trabalhadores a ficarem disponíveis para pedalar por quilômetros e a fazerem até mesmo cerca de 20 entregas ao dia para atingir uma remuneração, sendo que esta já poderia ter sido garantida pelos aplicativos. No regime de carteira assinada, o trabalhador tem direito a férias e jornada de trabalho definida. Já no tocante ao sistema de uberização, o que é promovido é a precarização do trabalho.

Para a continuação do diagnóstico dessa precarização, é importante destacar a insatisfação que alguns entregadores possuem sobre o fato de não existir direitos trabalhistas ou qualquer garantia que dê segurança para eles. No entanto, esse discurso é contraposto às opiniões de que eles se consideram patrões, opinião esta unânime entre os entregadores.

Como foi detalhado no terceiro capítulo deste trabalho, as empresas de aplicativos montam uma estrutura que tenta ao máximo flexibilizar as relações com os entregadores, fazendo com que os custos e riscos recaiam e sejam inteiramente de responsabilidade deles (ABÍLIO, 2020).

Para além do que foi apontado anteriormente, também foi observado nas entrevistas qual o grau de satisfação em relação ao trabalho e se a falta de um regime CLT faria a diferença ou se apresentaria como um desânimo. As respostas a essas questões foram divididas entre os entrevistados. Sobre isso, a partir do depoimento de um dos entregadores, tem-se o seguinte:

Entrevistador: por que tu começou a entrega por aplicativo?

Entregador: *rapaz, de início é o que a idade permitia, geralmente os trabalhos de hoje em dia são focados nas pessoas com maiores de idade. E no ramo do entregador, muitas vezes o pessoal não vê isso, só vê disponibilidade de lá trabalhando, e bota pra trabalhar.*

A emergência de se estar trabalhando mesmo jovem num momento em que este deveria estar na escola, além da condição de classe, obriga os jovens a entrarem no ramo de entregadores de aplicativo. Aparentemente, o teto seria o Ensino Médio, ainda que alguns entregadores possuam interesse em fazer algum curso técnico com o dinheiro coletado a partir das entregas.

Pensando nos escritos de Moura (1988), algumas barreiras étnicas foram criadas para dificultar o desenvolvimento das pessoas negras. Com as novas dinâmicas do trabalho moderno, o reforço dessas barreiras tem o auxílio de uma narrativa a qual coloca o negro precarizado como empreendedor de si. Como exemplo disso, tem-se o entregador que relatou ser microempreendedor individual (MEI). Dentro do contexto da uberização, isso se torna

emblemático, visto que o entregador não possui o controle sobre todo o seu trabalho, como foi exposto no terceiro capítulo. Por ser MEI, ele se torna um microempreendedor, e, de acordo com Abílio (2020, p. 116), “[...] aquele hoje denominado empreendedor é na realidade o trabalhador solitariamente encarregado de sua própria reprodução social. Sozinho enquanto gerente de si próprio, ao mesmo tempo que segue subordinado às empresas”:

Entrevistador: o fato de o entregador não ter garantias trabalhistas, tipo CLT, auxílio desemprego, se tu sofrer um acidente, talvez a empresa não vai dá um suporte, tu se sente desanimado por causa disso?

Entregador: não. Eu acho que o apoio que o Ifood dá hoje em dia, o Ifood dá um apoio muito grande a gente em relação a essas taxas de acidente, de espera, muita coisa, mas em relação à CLT a gente não tem muita coisa a fazer não porque quem quer trabalho com carteira assinada vai para uma agência de trabalho; aqui a gente ganha mais, muito mais, a gente não tem essa coisa de direito, mas uma coisa puxa a outra, *ou você ganha muito e não tem direito ou você recebe o certo e tem que ter todos os direitos lá.*

A partir desse depoimento, percebe-se como o entregador entende a sua realidade de que precisa necessariamente trabalhar, mesmo que essa condição não ofereça “todos os direitos”, mas que o dinheiro seja recompensado. Partindo desse fato, é importante relembrar que, desde o período colonial, as vagas que exigiam um grande desgaste corporal eram reservadas exclusivamente para as pessoas negras.

O discurso da individualização pode ser verificado, na fala do entregador, a partir da situação de alta no nível da desigualdade social e do desemprego. Nesse caso, a responsabilidade para tentar sair desse cenário recai inteiramente sobre o entregador. Quando é mencionado, no discurso do entregador, que para encontrar emprego com carteira de trabalho é necessário ir para uma agência, escancara-se um cenário de sucateamento dos direitos trabalhistas criado pela reforma trabalhista e, conseqüentemente, um ambiente pautado no discurso do neoliberalismo para o culto do indivíduo (EHRENBERG, 2010).

Pensando nas novas dinâmicas do capitalismo, a exemplo da uberização, as jornadas de trabalho se assemelham às horas de trabalho do século XIX, e, além disso, destaca-se que essa nova “máquina de moer gente” tem o objetivo de trazer o trabalhador moderno para o estado de exaustão. Na perspectiva racial, o objetivo sempre foi o mesmo.

No que se refere a outros trechos das entrevistas, alguns entregadores relataram ter problemas com insônia. Isso se dá, talvez, pelo pensamento de que, ao chegar em casa extremamente cansado, cada um pudesse cair no sono de exaustão, o que não é o que acontece com alguns devido ao pensamento de precisar estar de pé no dia seguinte para trabalhar e, novamente, atingir o pico da exaustão:

Entrevistador: tu sente insônia?

Entregador: sinto muita, inclusive hoje eu não consegui dormir de forma alguma porque ontem eu trabalhei muito e quando eu tô mais cansado, eu consigo dormir menos.

Esse problema da dificuldade para dormir relatado não apenas por esse entregador, mas também por outros, demonstra que o trabalho os deixa bastante irritados — seja pelo estresse do trânsito, seja pelo próprio trabalho em si, que, por sua vez, é desgastante.

5.1.3 A continuação do passado

Como foi trabalhado no segundo capítulo, ao destrinchar o racismo, é observado como ele se torna fio formador das relações étnico-raciais entre brancos e não-brancos, assim como é um importante vetor para a estruturação desigual do racismo. Partindo do referencial da cor, foram destacados pelos entregadores alguns depoimentos de discriminação racial, por meio dos quais o racismo se destaca para além da estrutura. De acordo com Almeida (2019, p. 23):

A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça (ALMEIDA, 2019, p. 23).

Como esfera de detecção desse problema na sociedade brasileira, o mundo do trabalho se torna um importante lugar para se checar a precarização e a desqualificação das pessoas negras pelas pessoas brancas. Esse fator pode ser aqui observado a partir de como o racismo e o preconceito racial engendram a vida dos entregadores de aplicativo do Recife:

Quadro 5 – Grau de escolaridade dos entregadores de aplicativo

ENTREGADORES	COR
ENTREGADOR 1	PARDA
ENTREGADOR 2	PRETA
ENTREGADOR 3	PRETA
ENTREGADOR 4	PRETA
ENTREGADOR 5	PRETA
ENTREGADOR 6	PARDA

ENTREGADOR 7	PARDA
ENTREGADOR 8	PARDA

Fonte: O autor (2022).

A partir do quadro anterior, observa-se que todos os entregadores entrevistados são negros, dividindo-se entre pardos e pretos. Com base nas entrevistas, ficou evidente que, para alguns deles, o racismo está presente em suas vidas, assim como a sensação de estarem sendo discriminados pela fala ou até mesmo pelo olhar do agressor. Sobre isso, sabe-se que o racismo no Brasil possui essa característica “velada” e que a relação entre negros e brancos foi criada por uma falsa sensação de harmonia. Como apresentado no segundo capítulo, Moura (1986) usa o termo *aculturação* para definir essa relação harmônica sem levar em conta a violência pela qual os negros passaram e sem considerar que, atualmente, a violência é simbólica no comportamento do cotidiano e pode ser percebida pelo olhar.

Essa sensação se torna mais evidente quando a maioria dos entrevistados que, de certa forma, sabe distinguir as entregas em bairros ricos ou pobres, sentem diferença no tratamento, sendo geralmente bem acolhidos nas regiões mais pobres. Um dos entregadores relatou que existem lugares específicos que ele não faz entregas, dadas algumas más experiências vivenciadas no passado. Segue depoimento o qual esse entregador relata ter sofrido racismo:

Entrevistador: tu já sofreu racismo?

Entregador: já.

Entrevistador: como foi?

Entregador: restaurante que não deixa você entrar, que trata você de toda forma, como se você fosse uma pessoa, tipo, que não tivesse os mesmos direitos que as pessoas até sem estar trabalhando e por ser *conhecido no restaurante por ser entregador já teve um acontecimento lá e eu não ser bem atendido por eu parecer que eu era entregador, acontece muito, acontece bastante*. Quem diz que não, é mentira. Mas a gente não pode se abalar não.

A partir desse depoimento, observa-se que existe uma união de categorias diferentes: o jovem negro, numa perspectiva racial; e o entregador como classe trabalhista. Esse depoimento retrata aquilo que é o tratamento do negro no Brasil: um tratamento de exclusão pautado na esfera racial e de classe. Por outro lado, essa questão de identidade e da desvalorização por ser negro ou simplesmente por ser entregador ainda é confusa nos depoimentos de alguns entregadores. Porém, especificamente falando sobre o depoimento anterior, quando o entregador menciona que não pode se “abalar” com esses episódios, trata-se de uma resistência às práticas racistas. Segue outro depoimento:

Entrevistador: tu, como entregador preto, se sente desvalorizado?

Entregador: qualquer entregador é desvalorizado, preto, branco, amarelo, azul, todos os entregadores são desvalorizados.

Entrevistador: o que é o racismo pra você?

Entregador: *discriminar a pessoa, rebaixar a pessoa, desqualificar pela cor da pessoa.*

A discriminação racial destacada por Almeida (2019) no início deste tópico conceitua aquilo que o entregador apresenta em sua fala: a posição de poder ocupada por clientes ou restaurantes, pode, por algumas vezes, ser exercida junto à discriminação racial, provocando o sentimento de desvalorização dos entregadores.

Além disso, observa-se, também, que, na ideia de que “todos os entregadores são desvalorizados” existe uma redução da questão da raça; ou seja: independentemente da cor, a classe do entregador é desvalorizada. Essa fala do entregador pode ser interpretada partindo-se do ponto de vista da “sutibilidade” com que o racismo atua ao desaparecer no meio social brasileiro, podendo muitos empregarem o discurso que prega que a desigualdade é apenas referente à classe e que, portanto, a raça não influencia:

Num caso o papel da raça na geração de desigualdades sociais é negado, noutro o preconceito (racial) é reduzido a um fenômeno de classe e, por último, a discriminação racial constitui um resíduo cultural do já distante passado escravista. Nenhuma destas perspectivas considera seriamente a possibilidade da coexistência entre o racismo, a industrialização e o desenvolvimento capitalista (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 88)

Para fazer um reforço a essa questão levantada por Gonzalez e Hasenbalg (1982), o preconceito por ser entregador e negro se torna um elemento contradiscursivo de que existe uma democracia racial nas relações étnico-raciais no Brasil. Sobre esse ponto, Moura (1988) trata devidamente essa questão alinhando-a à aculturação. Entretanto, é a noção da harmonia de que o branco, a partir de seu poder e força, coloca o negro em uma situação adversa, obrigando-o a viver em posições desiguais a partir de uma falsa interação harmônica:

Entrevistador: tu acha que, dependendo da região que tu for fazer a entrega, o tratamento é diferente? Tipo assim, numa zona mais nobre...

Entregador 2: *é diferente. Por incrível que pareça mais popular, digamos assim, tu é melhor tratado do que na área nobre, seja de estabelecimento a cliente.*

Entrevistador: dependendo da região que tu for fazer a entrega, o tratamento é diferente? Tipo assim, lugares mais ricos, lugares mais pobres...

Entregador 2: vou dizer a você que existem lugares que não pego pedido nem que me pague: é a área das Graças, véi. Os restaurantes que tem nas graças são complicados. *O pessoal tem o hábito muito ruim de tratar o entregador de qualquer jeito, colocar o entregador pra esperar no outro lado da rua.* E isso são em várias situações.

Entrevistador: quando tu se vê que é mal avaliado?

Entregador 2: que merda

Entrevistador: Mas tu acha que é porque tu tá mal avaliado?

Entregador: *pela forma de se vestir*.

Nota-se que o preconceito com os entregadores se tornaram rotineiros no cotidiano deles. Ou seja, não basta a uberização precarizar seu modo de trabalho e não basta os entregadores serem oriundos de escolas públicas e, em consequência disso, terem trajetórias trabalhistas de baixa remuneração: o racismo segue enquadrando a posição de subalterno do negro utilizando-se do preconceito para reforçar esse enquadramento. Para Fernandes (1982, p. 93), “[...] isso significa que, considerados sociologicamente, o preconceito e a discriminação de cor são uma causa estrutural e dinâmica da “perpetuação do passado no presente”.

Dessa maneira, a partir dos depoimentos dos entregadores, a revolução branca (FERNANDES, 1982) segue sendo uma das grandes chagas do nosso tempo, indicando, desde os tempos passados, que os negros não foram preparados para a ordem social competitiva e que as opções espoliativas e deploráveis de trabalho sempre estiveram reservadas aos negros¹¹, o que permanece nos dias atuais. Todas as dinâmicas capitalistas (incluindo-se a uberização) reforçam e tentam explorar a mão de obra negra com grande intensidade, e, dando uma ênfase maior ao campo do empreendedorismo, reforça-se, de forma mais intensa, a ideia de que o entregador negro é um mero empregador submisso e subalternizado, com o preconceito racial agindo como pano de fundo para trazer, para esses dias, as experiências de ser olhado com desprezo pelo simples fato de ser negro.

¹¹ Fernandes (1982) trabalha com esse termo para definir a esfera de competição econômica colonial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados pouco mais de 100 anos do fim da escravidão, as consequências do processo de escanteamento do negro no Brasil ainda reflete e condiciona sua vida no país. A herança do *ser negro* nos tempos de Brasil Colônia traz elementos passados que se repetem na vivência do homem negro contemporâneo. As posições de trabalho, por exemplo, sempre foram aquelas as quais os homens brancos não podiam fazer, ou seja, os trabalhos braçais (MOURA, 1982).

Na esfera do trabalho moderno, especificamente na posição dos entregadores de aplicativo, observa-se a partir das entrevistas a condição de exploração da mão de obra dos trabalhadores, que, por sua vez, chegam a trabalhar 12 horas por dia. Além disso, os trabalhadores ficam várias horas disponíveis para os aplicativos, mesmo sem serem pagos por isso.

Entre os objetivos colocados no início, a reafirmação da situação de trabalho foi colocada e devidamente encontrada nas entrevistas. A emergência de procurar compreender como se dá o trabalho desses entregadores surgiu a partir da pandemia de Covid-19, que afetou toda a humanidade e fez com que o trabalho deles se tornasse “essencial”, sendo este, porém, um essencialismo que encobre a exploração do trabalho:

Estabeleceram-se formas de subordinação e controle do trabalho que deixaram evidente que é possível terceirizar – até para o próprio trabalhador – parte do gerenciamento do trabalho, transferir riscos e custos, eliminar meios rígidos e publicamente estabelecidos de remuneração do trabalho, de controle do tempo de trabalho, de execução do trabalho, sem que isso signifique perda de produtividade ou de controle sobre o trabalhador (ABÍLIO, 2020, p. 115).

Essa terceirização dos riscos e custos é sustentada pelo aspecto do empreendedorismo que os aplicativos tentam emplacar com os entregadores, ressaltando que estes seriam empreendedores e donos do seu trabalho e que, assim sendo, deveriam dar conta de qualquer problema que porventura possa ocorrer — seja um acidente no trânsito, seja a necessidade urgente de uma manutenção em sua bicicleta.

A partir da exposição dos conceitos empregados por Antunes e Filgueiras (2020) no terceiro capítulo deste trabalho, viu-se como as empresas de aplicativo com esse regime de flexibilização criam um sistema por meio do qual exercem controle no trabalho dos entregadores, seno estes últimos, diferentemente do que dizem as empresas, não empreendedores. Em contrapartida a essa questão, todos os 8 entregadores se sentiam como patrões pelo fato de “poderem” criar seus próprios horários de trabalho e escolher quantos dias

na semana irão trabalhar. Além disso, percebe-se que vigora até mesmo o pensamento de que o trabalho de ser entregador se torna satisfatório porque, de acordo com palavras de um dos entregadores entrevistados, “[...] aqui a gente tem a facilidade de não ter patrão na nossa cabeça”. Segundo Antunes (2020, p. 14), “[...] isso ocorre porque, ao tentar sobreviver, o ‘empreendedor’ se imagina como proprietário de si mesmo, um quase-burguês, mas frequentemente se converte em um proletário de si próprio, que autoexplora seu trabalho”.

Dada essa realidade, um dos objetivos deste trabalho foi detectar essa autoproclamação dos entregadores e entender o porquê de se considerarem como *patrões de si*. A partir das teorizações abordadas nos capítulos iniciais, percebeu-se que os aplicativos possuem uma tecnicidade somada à utilização do empreendedorismo para, assim, poderem mascarar a exploração dos entregadores.

Como o perfil dos entregadores eram negros, viu-se a necessidade de compreender se havia episódios de racismo com os entregadores e, a partir disso, o que foi encontrado a partir das entrevistas é que alguns entregadores relatam ter sofrido racismo e outros não; entretanto, o interessante para aqueles que relataram não ter sofrido racismo é a crença de que há uma desvalorização por ser entregador que, por sua vez, é escancarada por meio de preconceitos — expresso por meio de atitudes faladas e não faladas — bastante perceptíveis por parte dos entregadores.

Além disso, em muitos casos aparenta que a questão da cor é reduzida à questão da classe. Independentemente de sua cor, ser entregador é ser desvalorizado. Eis que surge, a partir daí, uma grande questão: os empregos mais precarizados e estigmatizados pela sociedade são, em sua maioria, compostos majoritariamente por pessoas negras e pobres. Por mais que se tenha conseguido auferir a existência de episódios racistas ou preconceituosos na vivência do trabalho desses entregadores — o que não se descarta que seja abordado de maneira mais aprofundada em uma futura pesquisa —, é importante propagar a formulação dessa consciência do que é racismo para esses entregadores negros, uma vez que estes aparentam ter em mente que essa separação de classe e raça pode estar aliada à desvalorização ou até mesmo ao caráter:

Entrevistador: o que é o racismo pra tu?

Entregador: eu acho que a pessoa julgar a outra, eu acho que pode ser pela personalidade, né? E se julgar pela cor eu não ligo, tá ligado?

Dito isso, uma das metas para uma provável pesquisa futura seria aumentar o número de entregadores entrevistados para que haja um aprofundamento maior acerca da história de vida e de trabalho de cada um. Sobre esse ponto, notou-se que todos os entrevistados advêm de

escolas públicas — alguns concluintes, outros com o Ensino Médio ainda em andamento —, o que também seria um ponto-chave para se compreender como se constitui o perfil social de cada entregador.

Além disso, através das entrevistas, observou-se que existem regimes diferentes de contratação por parte das empresas, sendo dois deles o OL e o Nuvem. O primeiro regime (OL) diz respeito a uma terceirização por meio da qual o entregador está a serviço do aplicativo, com horários de trabalho devidamente pré-estabelecidos. Já o Nuvem, regime abordado no escopo deste trabalho, seria o regime mais tradicional de flexibilização.

A saúde mental no período pós-pandemia, assunto que está sendo bem debatido no atual momento, pode ser igualmente um ponto a ser pesquisado com entregadores no futuro, visto que a maioria desses trabalhadores destaca o cansaço excessivo (com alguns inclusive mencionando que esse desgaste provoca dificuldades de dormir) aliado à alta exigência do trabalho e à autocobrança excessiva. Dito isso, é fundamental compreender, também, em que estado se encontra a saúde mental desses trabalhadores.

No que se refere à idealização da pesquisa aqui apresentada, tinha-se a priori a ideia de entrevistar entregadores negros e brancos; no entanto, essa possibilidade logo foi descartada em virtude da percepção da dificuldade de se encontrar entregadores brancos, que, conforme já foi relatado, é uma parcela minoritária nesse campo de trabalho (HELENA, 2020).

Diante do exposto, este trabalho de pesquisa apresentou que as condições de trabalho dos entregadores são demasiadamente exploradoras a ponto de causar um pico tão alto de cansaço que alguns entregadores desenvolveram até mesmo quadros de insônia. O número excessivo de dias e horas e de quilômetros rodados, por exemplo, escancaram o cenário do capitalismo contemporâneo caracterizado por uma maior flexibilização, menos direitos trabalhistas e maior exploração dos trabalhadores.

Entretanto, para se diferenciar das dinâmicas dos capitalismo anteriores, hoje os entregadores de aplicativos se classificam como “patrões”, o que, no sentido do capital, torna-se uma autoexploração já normalizada no sistema. Esta é, inclusive, uma forma de mascarar como de fato a exploração ocorre.

O principal alicerce para essa exploração, por sua vez, é o fio do racismo, que gera episódios de preconceito que se tornam parte do cotidiano desses trabalhadores. A posição de se estar na periferia do sistema capitalista necessariamente se alimenta do fato de os negros estarem distantes das funções mais privilegiadas, tornando isso parte de mais um episódio de racismo no cotidiano brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2022.
- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.
- ANTUNES, R. *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901>. Acesso em: 27 out. 2022.
- ARENDDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2005.
- CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.
- CRARY, J. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu, 2016.
- EHRENBERG, A. *O culto da performance*. Aparecida: Ideias & Letras, 2010.
- FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1982.
- FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. 48. ed. São Paulo: Global Editora, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229314/mod_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.
- GÓES, G.; FIRMINO, A.; MARTINS, F. *A gig economy no Brasil: uma abordagem inicial para o setor de transporte*. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/211216_nota_5_gig_econom_y_brasil.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.
- GONZÁLEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar do negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HELENA, D. Quem são os entregadores de apps que estiveram na paralisação do 1J? *Esquerda Diário*, [S. l.], 8 jul. 2020. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Quem-sao-os-entregadores-de-Apps-que-estiveram-na-paralisacao-do-1J>. Acesso em: 27 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

SANTOS, J. Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 21-65, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582005000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/wKJdfV3gyWMPP4qVmPTdSQh/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2022.

SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TONELO, I.; SILVA, L.; FRAMIL FILHO, R. Os trabalhadores em meio à Covid-19 no Brasil: flexibilidade, precariedade, e a mobilização internacional. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 24, n. 60, p. 140-168, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/18070337-117000>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/8mMHhGy8xF34wnvmxBNhfCF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 out. 2022.